vinetur

A União Europeia e as Filipinas chegam a acordo de princípio sobre um acordo comercial

O compromisso reduziria barreiras para carne de porco, lacticínios, bebidas espirituosas, vinho e azeite, se os negociadores concluírem o texto jurídico.

quarta-feira, 23 de setembro de 2026



Bruxelas e Manila chegaram a um acordo de princípio sobre um acordo de comércio livre, um passo que poderá abrir ainda mais o mercado filipino a uma série de exportações europeias de alimentos e bebidas, se as conversações forem concluídas e o pacto for aprovado.

O comissário europeu do Comércio, Maros Sefcovic, anunciou o avanço a 22 de setembro, afirmando que a União Europeia e as Filipinas tinham encontrado um compromisso após meses de negociações retomadas. A Comissão Europeia divulgou apenas pormenores limitados, mas disse que o entendimento inclui liberalização pautal para o que descreveu como exportações agroalimentares-chave, incluindo carne de porco, aves de capoeira, lacticínios e bebidas espirituosas.

Espera-se também que o vinho europeu e o azeite beneficiem do futuro acordo, de acordo com o esboço apresentado por Bruxelas. Para produtores em França e noutros países da UE, isso poderá melhorar ao longo do tempo a competitividade em termos de preço no mercado filipino, sobretudo em categorias de bebidas onde os direitos de importação podem pesar nas margens e no planeamento das exportações. Qualquer efeito comercial dependerá, no entanto, do texto jurídico final e da rapidez com que o acordo entre em vigor.

Ao mesmo tempo, vários setores politicamente sensíveis para a UE deverão ficar fora das concessões. Bruxelas indicou que o arroz, a carne de bovino, o açúcar, o etanol, o alho e as bananas deverão ser excluídos. Isso sugere que os negociadores procuraram proteger áreas consideradas vulneráveis no interior do bloco, ao mesmo tempo que asseguram um acesso mais amplo ao mercado para produtos em que a UE vê maior potencial de exportação.

O compromisso inclui também proteção para uma lista de 200 indicações geográficas da UE que Bruxelas afirmou terem um interesse comercial significativo. Esse ponto é relevante para os produtores europeus que dependem de nomes regionais protegidos como parte da sua estratégia de exportação. No setor do vinho e das bebidas espirituosas, a proteção das indicações geográficas pode ser tão importante como os cortes pautais, porque ajuda a defender produtos de origem de marca contra imitações nos mercados externos.

O anúncio não significa que um acordo final tenha sido concluído. Os negociadores da UE e das Filipinas ainda terão de terminar as discussões técnicas nos próximos meses, incluindo as regras de aplicação e os últimos detalhes pendentes. Quando o texto estiver finalizado, ainda terá de passar pelo processo normal de aprovação comercial da UE antes de poder entrar em vigor.

As conversações tinham sido retomadas no final de 2024, após uma pausa de sete anos. A suspensão anterior refletia as preocupações da UE com as políticas do então presidente Rodrigo Duterte. O relançamento assinalou uma mudança mais ampla na política comercial externa de Bruxelas, à medida que o bloco procura aprofundar os seus laços económicos no Indo-Pacífico, uma região onde a UE tem procurado maior influência comercial e estratégica.

Esse contexto geopolítico mais amplo ajuda a explicar a oportunidade da iniciativa. As Filipinas oferecem à UE um mercado consumidor em crescimento no Sudeste Asiático e a possibilidade de reforçar a sua presença numa região onde a concorrência comercial se intensificou. Para Manila, um acesso mais estreito ao mercado europeu poderá ajudar a diversificar as relações comerciais e a atrair mais interesse de negócios estrangeiros.

Foram tornados públicos poucos detalhes sobre a profundidade dos cortes pautais, os períodos de transição ou quaisquer quotas que possam aplicar-se aos produtos agrícolas abrangidos pelo acordo. Esses pontos serão importantes para exportadores e importadores que procuram avaliar o verdadeiro valor económico do acordo. No comércio de alimentos e bebidas, a liberalização anunciada muitas vezes esconde longos períodos de transição, exceções específicas por produto ou requisitos administrativos que podem limitar o impacto imediato.

Ainda assim, os setores mencionados por Bruxelas dão uma indicação inicial de onde a UE acredita poder obter ganhos. As bebidas espirituosas foram explicitamente incluídas entre as exportações que passarão a beneficiar da liberalização pautal, e o vinho foi destacado como outro provável vencedor. Para as empresas europeias de bebidas, incluindo os produtores franceses de vinho à procura de crescimento na Ásia, isso cria uma potencial abertura num mercado onde direitos mais baixos poderiam apoiar

estratégias de distribuição e de preços. A mesma lógica poderá estender-se a outras bebidas premium ligadas a origens europeias protegidas, se o capítulo das indicações geográficas for implementado conforme delineado.

A exclusão do etanol das concessões também se destaca. Essa decisão aponta para o equilíbrio que os negociadores procuram alcançar entre oportunidades de exportação e proteção de setores que continuam sensíveis na UE. Mostra também que, mesmo enquanto Bruxelas pressiona por maior acesso no exterior, continua a resguardar produtos que podem desencadear uma resistência interna mais forte.

Por agora, as empresas dispõem de um esboço e não de um pacto comercial concluído. A declaração da Comissão sinaliza um acordo político entre ambos os lados, mas os termos comerciais ainda têm de ser transpostos para um texto jurídico e depois aprovados através do processo institucional da UE. Até lá, os exportadores estarão atentos aos calendários pautais finais, ao tratamento dos nomes protegidos e ao calendário de entrada em vigor.